

A descolonização do ensino de Antropologia e a cidadania dos sujeitos indígenas

Rosilene Tuxá
(UNIFAP/SECADI-MEC)

Bom dia! Bom dia a todas, a todos, a todes! Eu quem agradeço, professor, pelo convite. E parabenizar pela discussão, por um tema tão decolonial, um tema tão contemporâneo, um tema tão necessário no contexto que a gente vive hoje. Então, descolonizar o ensino da Antropologia no âmbito da graduação, e eu diria que também no âmbito da pós-graduação, no âmbito da universidade, no âmbito das instituições de Ensino Superior, é uma questão emergencial no contexto em que a gente vive. Em um contexto de Brasil que nós podemos dizer... “nós” eu falo de um ponto de vista indígena, e aí ressalto que farei uma interface dessa discussão com a inserção dos povos indígenas nesse contexto de descolonização da Antropologia. E aí eu digo, nesse contexto tão importante que a gente vive hoje, nesse país, nesse governo que nós podemos dizer que é um governo nosso, mas que ao mesmo tempo a gente precisa estar o tempo todo se posicionando para fazer com que as questões relacionadas a esse processo de descolonização, de um contexto decolonial, ela seja ouvida, ela seja escutada, ela seja sentida, ela seja vivenciada.

O contexto brasileiro e também mundial, em que vivemos uma realidade atual, a qual as lutas e as bandeiras dos movimentos sociais são em parte alcançadas, percebe-se que muito ainda necessita ser realizado, porque continua-se a negar a legitimidade das lutas e das conquistas, não somente no âmbito das lutas dos povos indígenas, mas em todo o contexto de marginalizados e oprimidos para a sociedade brasileira. Então, como

pensar esse processo de descolonização em um contexto que podemos dizer que é um momento nosso, contexto político favorável a nós, povos que compõem a diversidade da sociedade brasileira, e ao mesmo tempo pensar como que a sociedade brasileira desconhece essa diversidade que é o Brasil?

O que se percebe ainda é que, por mais que seja visível a diversidade de povos no Brasil, ainda é muito forte o discurso da branquitude, que permeia e opera na política, na sociedade, apesar de sermos uma maioria pautando a necessidade de construção de políticas decoloniais, e aqui inclusive nessa maioria os povos indígenas, do campo, das florestas, os quilombolas, as pessoas negras, dentre outros. É perceptível o quanto que ainda há um desconhecimento muito grande, por parte da sociedade brasileira, de quem são os povos indígenas, onde estão esses povos, o que fazem e como vivem os povos indígenas na contemporaneidade brasileira.

Nesse contexto, eu faço uma ponte com a discussão da temática indígena na escola, que é uma obrigatoriedade a partir da Lei 11.645/2008, o quanto que a gente não avançou na implementação dessa política. Não porque as instituições de ensino não queiram fazer, mas porque o desconhecimento tem levado ao silenciamento dos processos de construção dessa política! Para mim, isso é fato. A sociedade brasileira precisa se abrir para aquilo que se naturalizou e conhecer com mais profundidade o Brasil e seus habitantes.

As tentativas de negação de direitos e conquistas dessas pessoas são realizadas, em inúmeras vezes, de forma muito silenciosa. Existe um racismo velado, percebemos um racismo silenciado, mas que isso vem à tona, o tempo todo, nas atitudes, ações e reações preconceituosas. E em muitas situações, questiona-se o núcleo central desses grupos oprimidos, marginalizados. Ou seja, aquilo que os fortalece enquanto grupos sociais, étnico-raciais específicos. Então, pensar essa descolonização do ensino da Antropologia é olhar para o contexto de Brasil. É preciso descolonizar mentes, atitudes e visões de mundo estereotipadas. Tão enraizadas! Trago aqui um exemplo para compreendermos como tudo isso é tão enraizado e como a sociedade foi construindo tudo isso ao longo dos anos,

como tudo se internaliza nas pessoas e como essa produção vai acontecendo, processando e se naturalizando, tornando as pessoas “não culpadas” pelos processos de reprodução de estereótipos e formando outro tipo de vítima. Exemplificando: eu trabalhei em um espaço público onde uma trabalhadora de meia idade demonstrava pânico ao ver os indígenas com suas indumentárias. Quando ela via um povo indígena com as suas indumentárias naquele espaço de trabalho, ela travava, se bloqueava, se escondia em algum ambiente. Ela não conseguia ver os povos indígenas com as suas indumentárias.

Ou seja, ela teve um bloqueio na sua infância, e somente depois de algum tempo, ao conhecer a sua história, pude compreender toda aquela situação. Esse trauma foi causado por seu irmão quando ainda eram crianças, que fazia medo dizendo que os povos indígenas comiam pessoas. Então o que a sociedade constrói sobre os povos indígenas e o que causam as pessoas é muito duro. Imagine uma senhora de meia-idade com trauma de infância. Ela consegue ter uma boa relação com as pessoas indígenas, mas não consegue ter a mesma relação com a indumentária que estes utilizam. Então essa desconstrução precisa acontecer. Essa descolonização de como vivem, de quem são os povos indígenas, ela precisa acontecer.

Essa negação da existência das pessoas indígenas enquanto pessoas cidadãos precisa acabar. E a negação das especificidades dos povos indígenas, principalmente, ela se observa quando, ao lutarem e buscarem ingressar em espaços públicos, como a universidade, por exemplo, e, principalmente, ingressar a universidade através de programas de ações afirmativas, os mesmos serem questionados: “Para que querem ter formação superior? Não deveriam buscar um ensino profissionalizante?” Essa é uma questão que ainda se questiona muito quando os povos indígenas buscam esses espaços. E muitas vezes, como aconteceu recentemente, se questiona: “Como assim povos do campo na Medicina? Daqui a pouco chegam os indígenas também querendo a Medicina!” Esse é o questionamento da sociedade brasileira. São questões que a gente precisa desconstruir.

A sociedade ocidental construiu, e ela constrói, a cultura e a crença de que os indígenas, os quilombolas, os negros, não são dotados de capacidades intelectuais, não são aptos a criar, pensar, filosofar, produzir ciência, entre outras formas de expressar conhecimento e criatividade. Então, ao pensar que esses povos não são dotados de capacidades intelectuais, nós estamos negando essa capacidade intelectual, porque esses povos têm mostrado, o tempo todo, a sua capacidade intelectual. A capacidade intelectual de pensar, de refletir, de atuar, de fazer ciência. Esses povos têm mostrado isso. E no curso da Antropologia, temos percebido o quanto que essa descolonização está se dando, meio que lentamente, mas ela está acontecendo. E ela está acontecendo principalmente provocada pela atuação desses sujeitos nesses espaços.

É preciso considerar que a origem da Antropologia foi prevista como um curso para profissionais de classe média-alta, pesquisadores brancos e elitizados na sua maioria! É aquela coisa: quem pesquisa quem na Antropologia? Então sempre se pensou o branco pesquisando o indígena, pesquisando o negro, pesquisando os ribeirinhos. Esse era o lugar da Antropologia, e ainda hoje é muito difícil desconstruir esse lugar. Os sujeitos que estão se inserindo, essas pessoas indígenas, negros, negras, quilombolas, que estão hoje nesses espaços da Antropologia, percebem claramente esse lugar. Assim, esse lugar está sendo alterado: o lugar de fala, o lugar de pesquisa, o lugar de pesquisado. E isso é muito bom! Isso é muito bom. Isso é descolonizar o ensino da Antropologia. É o sujeito falando do seu ponto de vista. É esse sujeito falando do seu lugar de fala. É ele pesquisando o outro. Agora a pesquisa se dá ao inverso. Os indígenas falam: “Nos pesquisaram por muito tempo. Agora nós vamos pesquisar vocês! A gente vai pesquisar sobre vocês. O que é que vocês fazem? Como fazem? Como vivem?” Então, o jogo está sendo invertido. A inversão dos lugares, essa perspectiva vai sendo construída de uma forma decolonial. Essa decolonialidade, essa descolonização do pensamento, uma descolonização do saber, descolonização da ciência ocidental, dando lugar as ciências outras.

O que caracterizamos como ciência? O que nós, povos indígenas, consideramos que é ciência? E nós estamos dizendo o tempo todo que ciência é tudo que a gente faz. A ciência está em toda a nossa vida. A ciência está em todo o nosso território. A ciência está na sociedade, está na organização social, está na cultura, na política, na saúde, no território, na relação com o outro, na relação com o sujeito vivente, o sujeito do território, os diversos sujeitos que estão no território. Nós fazemos ciência o tempo todo! E a gente está dizendo como que a gente faz ciência. Então, fazer ciência é vivenciar essas relações, construir, reconstruir e construir essas relações. E construir uma estrutura que pense e mostre caminhos para uma vida melhor, para que possamos pensar um território maior e mais estendida continuidade da vida com maior qualidade de vida.

As atitudes dos povos indígenas têm mostrado o quanto que a gente tem preservado esse meio. Então, pensar essa Antropologia a partir da categoria nativa indígena é importante. O que é que os povos indígenas têm a contribuir como categoria nativa? Quais são as categorias indígenas de pensar a Antropologia? Essa Antropologia contemporânea que o Brasil tanto precisa ter nesse momento. Então, essa forma de pensamento, de ter impregnado corpos e mentes até os dias atuais, influenciando diversas gerações... mais do que isso, vale-se pensar em diversos meios de propagar esses pensamentos e destruir qualquer forma de questionamento, o saber e a ciência nativa. É preciso reconhecer novas possibilidades de interpretações sociais, interpretações culturais e de epistemologias, de novas epistemologias. E as epistemologias desses sujeitos estão mostrando o seu lugar de pertencimento, o seu lugar nesse discurso da Antropologia. Um curso que, como disse anteriormente, foi pensado para um lugar de pesquisador, e o outro, lugar de pesquisado. E nós estamos nesse momento vivendo esse momento dessa inversão de lugares. Nós podemos estar no lugar de pesquisador, assim como no lugar de sujeito pesquisado. É pensar os nossos múltiplos Eus: eu enquanto pesquisadora, eu enquanto sujeito pesquisado, eu enquanto membro do sujeito pesquisado, da comunidade, do povo, da questão a ser pesquisada. Esses múltiplos Eus entrelaçados nessa interface

do processo de descolonização da Antropologia. Vamos pensar essa possibilidade. Isso é muito legal, é muito bacana! E isso está acontecendo em uma inserção, que, por um lado, é silenciosa, mas, por outro lado, os resultados estão muito claros.

É interessante olhar para os cursos de Antropologia da pós-graduação, do mestrado e doutorado, os estudantes indígenas que estão nesses espaços, é incrível como fazer a escuta reflexiva quando o outro fala de ti, você estando presente naquela perspectiva do discurso do pesquisador e do interlocutor. Como que esse discurso reverbera, é refletido e entendido? Enfim, refletido pelo sujeito pesquisado que está dentro daquele espaço, do lugar da pesquisa. Esse espaço ainda é um espaço muito duro para esses povos. Ainda é um espaço muito duro, é um espaço muito branco, e a gente precisa colorir esse espaço. O perfil dos estudantes que estão ingressando na Antropologia na graduação e na pós-graduação são esses perfis que querem e pensam essa desconstrução do que os outros pensam sobre nós. Isso é importante.

A educação como um processo de luta exercida pela população indígena, *a priori*, para educar-se e formar cidadãos e cidadãs indígenas e outros que não terão julgada a sua humanidade a partir das características físicas, corporal, orientação sexual, preceitos religiosos, entre outros. É preciso pensar esse sujeito nesse lugar da academia. A educação que é a preocupação de intelectuais e, particularmente, de intelectuais indígenas, que buscam por meio de suas ações, de suas produções, da sua cultura, do seu artesanato, do seu modo de pensar, ser e viver nesse mundo, construir processos educativos com a sociedade, em especial com a sociedade não indígena, objetivando educar, principalmente, para esse espaço das relações étnico-raciais, onde nós temos uma orientação, uma diretriz, que parte do Ministério da Educação, do Governo Federal, mas que nós, enquanto povos indígenas, precisamos nos inserir nesse contexto para dizer quem somos, de fato, nesse espaço contemporâneo. Se nós, povos indígenas, não chegarmos nesse lugar para dizer quem somos nós, esse espaço de construção do conhecimento vai continuar reproduzindo o que sempre reproduziu: um

olhar estereotipado e preconceituoso e errôneo de quem são os povos indígenas na contemporaneidade, porque a sociedade brasileira desconhece a diversidade indígena no Brasil. Mais do que isso, a gente precisa buscar produzir outras epistemologias. E as epistemologias indígenas têm questionado outras epistemologias enraizadas e têm proposto novos conhecimentos. Novas formas de construir os conhecimentos. Formas de construir novas pedagogias, novas epistemologias. E essas novas pedagogias pensadas a partir das epistemologias internas, intra, da intraculturalidade dos povos indígenas. Uma outra epistemologia não hegemônica, que é produzida a partir de outras intelectualidades: as intelectualidades indígenas, as intelectualidades negras, as intelectualidades quilombolas, dos povos ciganos, da diversidade que é o Brasil!

Então, pensar na descolonização da Antropologia na graduação é pensar na descolonização e na construção de novas epistemologias que venham impactar diretamente com os pensamentos hegemônicos. E aí, já finalizando, pensar como que as epistemologias dos povos indígenas, as epistemologias dos povos diversos, podem contribuir para quebrar epistemologias enraizadas de um pensamento e de uma construção política e social que foi pensada para um grupo específico, elitizado, que não pensou a diversidade brasileira. E que esses sujeitos estão pautando o tempo todo e dizendo que nesse espaço brasileiro nós estamos também. Nós sempre estivemos. O nosso pensamento é outro, o nosso comportamento é outro, e, nessa perspectiva, esse Outro agora no lugar de fala para esse processo de descolonização do pensamento, do fazer e do ser no ensino da Antropologia na graduação e na pós-graduação também. Obrigada, Osmundo!